
ESTADO NOVO E POPULISMO: UM ESTUDO PELA CULTURA POLÍTICA

Márcio Justino dos Anjos Silva.
Graduando em História/UEPB
E-mail: marciojanjos@gmail.com
Orientador: Faustino Teatino Cavalcante Neto
Doutorando UFPE
E-mail: faustinoteatino@bol.com.br

De acordo com Borges (2005, p.159) “Em outubro de 1930, iniciou-se um largo período – podemos dizer, um quarto de século – em que Getúlio Vargas foi a figura predominante no cenário político nacional”. O Brasil com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a princípio com o governo provisório, e posteriormente eleito em eleições indiretas e, por fim, com o golpe de Estado em 1937, esse que perdurou até 1945.

Desde que chegou ao poder em 1930, Vargas tentava controlar diversas forças sociais que reivindicavam participação política no cenário nacional. Getúlio tinha uma missão muito clara, isto é, manter a coesão e aproximar os trabalhadores ao seu governo. Nesse sentido, o Governo tentava desmobilizar os sindicatos atrelando-os ao Estado, e ao criar uma legislação trabalhista, Vargas se aproxima das camadas populares, fato que se torna uma constante durante o governo e ao mesmo tempo desmobiliza as mesmas.

Desse modo, Vargas usou de inúmeras artimanhas para consolidar sua ditadura e seu modelo desenvolvimentista. Para consolidar isso, Getúlio teve que trazer a sociedade, principalmente os trabalhadores para a sua base de aliados, passando conceder “privilégios” a estes, como a Consolidação das Leis Trabalhistas, mais conhecida como a CLT. Essa que teve como medidas, principalmente, o salário mínimo, a carga horária semanal de 44 horas, a carteira profissional e as férias. Além da CLT, também podemos destacar a criação do ministério do trabalho e a criação do dia do trabalhador, em 1º de maio.

Para consolidar seu governo, Vargas além de tentar barrar o movimento operário, muito em alta no período, com criação a CLT, também passou a utilizar da manipulação dos sindicatos pelegos e da violência policial, característica marcante durante um governo ditatorial, além do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Esse insistentemente propagava uma imagem de “Pais do Futuro” ao lado da imagem do

presidente como o “Pai dos Pobres”, características essas marcante do populismo Varguista.

O conceito de populismo está presente no Brasil desde o início do século XX, quando ser considerado populista era um elogio. Populista, no caso, era aquele que estava próximo do povo, ouvia suas aflições e conseguia compreendê-lo. Lógico que temos que percebê-lo como um herdeiro do clientelismo, característica marcante durante a primeira República, na qual predominava uma relação desigual entre Estado e sociedade.

Dentro desta perspectiva, afirma Capelato (2001), “Nas primeiras décadas do século XX, o populismo representava a promessa de um Estado forte e personalista, aliado a uma legislação social e a uma liderança carismática, que tinha o objetivo de combater o perigo do comunismo no continente”.

No entanto, com o afastamento do risco comunista, a presença de lideranças carismáticas marginais às elites políticas tradicionais à frente de Estados fortes passou a interferir de maneira negativa nos interesses dessas elites. Foi a partir daí que o conceito de populismo passou a receber uma carga pejorativa na esfera política, ganhando *status* negativo no senso comum.

Para estes, o populismo é um fenômeno vazio de conteúdo, na qual consideram a população incapaz de distinguir entre propostas sérias de simples demagogia. Dessa forma, a partir desse período, ser considerado um político populista era o mesmo que um personagem que agiria de má fé, mentindo e enganando o povo, sobretudo nas épocas de eleições, prometendo tudo e nada cumprindo e sendo sempre o outro, o adversário.

Todavia, mesmo com essa rotulação pejorativa, o populismo foi durante muito tempo usado como uma categoria explicativa para os anos 1930-1964, onde a única explicação para a política do período era a de um cenário de populistas e pelegos, na qual existia o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Este que era visto como o “defensor” dos interesses trabalhistas, conseguindo manter sob o seu comando os sindicatos pelegos e por consequência a desmobilização do movimento operário.

Em termos de tentativas de explicação para o fenômeno populista, podemos destacar três geração e/ou modos de análise, a primeira geração refere-se a encabeçada pelo grupo de Itatiaia-SP durante as décadas 1950/60; a segunda geração por Weffort e

seus seguidores nos anos 1970/80; e por fim a terceira geração muito influenciada pela nova história. Por conseguinte serão estas gerações examinadas a seguir.

Segundo Cervi (2001) “Autores como Gino Germani, Torcuato di Tella e Octávio Ianni, vinculados à "teoria da modernização", consideravam o brasileiro saído da sociedade rural muito individualista. Ao ser transferido para centros urbanos, ele teria mantido o individualismo, abrindo espaço para as relações personalistas e clientelistas do populismo”

Esses que pregavam explicações estruturais para o populismo, na qual se considera que nessa passagem da sociedade tradicional para sociedade moderna ocorreu paralelamente a um rápido processo de urbanização e industrialização, mobilizando as massas populares, que exigiam participação política e social, daí surgindo o populismo, que com a herança do clientelismo, abriam espaço para a individualidade, passividade e a dependência para com o Estado.

Com o tempo essa abordagem estrutural começa a ser criticada e na segunda geração de estudos, entre os anos 1970/80, outros elementos foram introduzidos pelos pesquisadores na tentativa de entender o fenômeno populista. As características dos indivíduos cederam espaço para fatores como a opressão e manipulação por parte do Estado, transformando-os em variáveis explicativas importantes para o sucesso de lideranças populistas ao lado da imposição do populismo pela conjugação da repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas demandas dos assalariados.

Contudo, nessa segunda fase percebe-se um enfraquecimento da categoria "dominação" por parte da liderança e certa autonomia das massas, falando-se até em uma aliança e a satisfação de algumas necessidades dos trabalhadores. Essas duas gerações de abordagens mostram que a noção de populismo gira em torno principalmente da forma de relacionamento de uma liderança carismática com as massas e segundo Gomes (1996, p. 34) “É interessante observar que Weffort chega mesmo a sugerir a substituição de manipulação por aliança como categoria mais precisa para o que deseja situar”.

A partir daí o populismo enquanto uma política de massas, bem como um estilo de governo e tendo como idéias básicas o controle e a manipulação, funcionando como categoria explicativa para todo um período da política nacional sofre um colapso.

Esse processo de críticas se aprofundaram com o surgimento da Nova História Política, não mais aquela velha história política, a história factual do século XIX, que se detinha a descrever/narrar uma história erudita e linear, tendo como tema principal o Estado, partindo de documentos autênticos, crendo na possibilidade de uma suposta neutralidade e imparcialidade do pesquisador, para que, assim, a história se tornasse ciência.

Essa história que sofreu duras críticas e um abandono com o surgimento da Escola dos Annales, essa que segundo Rémond (2003, p. 13) “identificou a história com aquele de seus ramos que tinha como especificidade observar os fatos econômicos e sociais”. Tendo esse propósito, os historiadores dos Annales abandonaram os acontecimentos e os homens em prol de uma análise estrutural e conjuntural, querendo, dessa forma, estudar mais a fundo as coisas, fazendo da política, mais um reflexo das relações sociais e dos condicionamentos econômicos.

No entanto, após o surgimento da terceira geração de historiadores dos Annales, por volta de 1970, e em meio ao processo de renovação historiográfica, abre-se caminho para novas temáticas, como a cultural. Essa renovação na história tem como principal fundamento a perspectiva pluridisciplinar. Essa significou para a historiografia política, um grande diálogo com outras disciplinas como a sociologia, lingüística, antropologia, ciência política, e etc., e de acordo com Rémond (2003, p. 29) “a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas”.

Dessa forma, após essa interdisciplinaridade, a Nova História Política surge como um conhecimento histórico, que é narrativo e não/factual, estudando não mais os Estados, e como demonstra Rémond (2003, p. 36) “Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em conseqüência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma”. Assim, a história política renovada estuda os sistemas de relações de poder, estes que estão imbricadas em todos os setores da sociedade, e, mais especificamente, essa Nova história Política se detém a estudar imaginários, representações, memórias, teatralização, mitologias, simbologias, práticas discursivas e etc., conceitos esses associados ao poder.

No entanto, a partir do dialogo com outras disciplinas e principalmente com a

ciência política e com a história cultural, a história política passa a utilizar o conceito de cultura política, conceito esse que vem ganhando muito espaço dentro da nova história política com sua interface com a história cultural. Daí entendermos que o poder, ou melhor, as relações de poder, devem ser compreendidas como afirma Gomes (2005, p. 31) “(...) igualmente como legitimidade, adesão e negociação”. E não como sendo oriundas apenas do campo político institucional, como sendo a força motriz de manipulação, coerção.

No entanto, o conceito de cultura política segundo Gomes (2005, p. 31) se define enquanto,

“(...) um sistema de representação, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político da curta duração.

Cultura Política, assim entendida, integra fenômenos políticos de média e longa duração, que ajuda, a partir das relações sócio-políticas, a modificar comportamentos, condutas, essas individuais e/ou coletiva, de uma determinada sociedade para com a política.

A partir do surgimento da Nova História Política que trouxe o sujeito comum como um sujeito histórico, o populismo recebe outro enfoque e é sob essas condições que surge o "Estado de compromisso", onde não se fala mais em manipulação, mas uma relação ambígua entre Estado e trabalhadores.

Com essa nova abordagem que traz essa relação ambígua entre Estado e trabalhadores, surge o conceito de “Trabalhismo”, conceito esse que discute a existência de um pacto Trabalhista, não sendo este, fruto de um desvio na evolução da sociedade, onde dominavam categorias como manipulação, políticos traidores e sindicatos pelegos.

Mas sim com essa nova abordagem é pensado em uma classe trabalhadora diversificada, sem ser dominada e/ou manipulada e tendo consciência de classe no sentido de E. P. Thompson, que prega que os sujeitos comuns antes de ter uma consciência de classe, tinham que participar/conviver como uma classe.

Com os pressupostos acima citados, podemos perceber que a teoria da Cultura Política ao interpretar o populismo durante o Estado Novo, não gira em torno de uma análise centrada no Estado, no institucional, mas sim nas relações entre todos os atores sociais, individuais ou coletivos, atribuem a uma determinada realidade social, orientando suas visões de mundo e suas condutas, diante da sociedade e da política, para assim poder perceber essa relação ambígua, de interesses múltiplos entre Estado e sociedade que marcaram o trabalhismo varguista, esse que simbolizou um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. História Política e História Social. In: ____ *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.106-124.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 159-182.
- CAPELATO, M. H. R. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CERVI, Emerson Urizzi. As sete vidas do populismo. In: Revista de Sociologia e Política. Nº 17, Curitiba-PR, 2001.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre a Trajetória de um Conceito*. v. 1. n. 2. Niterói, RJ: Tempo (London), 1996. p. 59-7
- _____. A política brasileira em busca da modernidade : na fronteira entre o público e o privado. In: Fernando Novaes; L. Schwacz;. (Org.). *História da Vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v. 4, p. 489-558.
- _____. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICANHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). *Cultura Política: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

MOTTA, Rodrigo de Patto Sá. Desafios e Possibilidades na Apropriação de Cultura Política pela Historiografia. In: ____ Culturas Políticas na História: Novos Estudos. Belo Horizonte, MG: Argevementvm, 2009. p. 13-38.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: ____ (org.). *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.